

RESENHA

DEMOGRAFIA E SAÚDE NOS MUNDOS COLONIAIS: O CASO ANGOLANO EM PERSPECTIVA TRANSIMPERIAL

EVANDER RUTHIERI S. DA SILVA

Doutor em História – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Professor de História da África – Universidade Federal da Integração Latino-
Americana (UNILA)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5988-3739>

Resenha de: COGHE, S. **Políticas de população nos trópicos**: Demografia, saúde e transimperialismo na Angola Colonial. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2024. 470p.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v84p603-608>

Recebido em: 06/06/2025

Aprovado em: 17/07/2025



As recentes viradas historiográficas constituídas pela História Global e História Transnacional têm produzido interpretações inovadoras sobre temas já consolidados, como, por exemplo, os estudos sobre os colonialismos, ao enfatizarem as múltiplas formas de agência, as iniciativas individuais e coletivas, bem como o papel das instituições, incluindo suas contradições e limitações, de forma comparativa e entrecruzada, ou ainda na conexão entre fenômenos locais e contextos globais. No diálogo com tais possibilidades historiográficas, o historiador Samuël Coghe, em *Políticas de população nos trópicos: Demografia, saúde e transimperialismo na Angola colonial*, publicado originalmente em inglês pela *Cambridge University Press* (2022) e publicado/traduzido recentemente pela Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2024), oferece interpretações inovadoras sobre as políticas coloniais de população em Angola, com ênfase no período entre 1890 e 1945, a partir de uma perspectiva transimperial.

O autor, que é professor associado em História da África e História Global na Universidade de Gent (Bélgica) e doutor em História pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), destaca, sobretudo, o papel de diferentes agentes, como médicos, administradores e missionários, em suas tentativas de compreender as transformações demográficas em um contexto de expansão do colonialismo português, sobretudo durante a Primeira República e o período salazarista, revelando as estratégias de intervenção médica, modernização e as agências das populações classificadas como “indígenas” em Angola. Em seu livro, Coghe demonstra que muitas das preocupações de médicos e administradores coloniais nas primeiras décadas do século XX, principalmente com o suposto declínio demográfico, não eram um aspecto exclusivo da colonização portuguesa, mas sim um fenômeno transimperial.

Com base em um conjunto documental extremamente diversificado, que inclui boletins médicos, periódicos impressos e relatórios coloniais coletados em diversos arquivos europeus e africanos (a exemplo da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional de Angola), o livro de Coghe destaca-se por sua tentativa de “reenquadrar o colonialismo português” (Coghe, 2024, p. 29). Essa proposta se deslinda, sobretudo, ao analisar as conexões entre as políticas portuguesas e outras experiências coloniais contemporâneas, desafiando

assim a tese do excepcionalismo colonial português. Tal noção, amplamente difundida pelos ideólogos do colonialismo no século XX, sustentava a premissa de que o domínio português se distinguia dos demais projetos europeus por sua suposta benevolência e vocação assimilacionista. Mais recentemente, variações do tema têm sido retomado por interpretações que enfatizam a posição semiperiférica do colonialismo português no sistema-mundo capitalista.

A partir do conceito de “transimperialismo” e de uma perspectiva comparativa, o estudo analisa como os debates e as políticas voltadas à saúde e à população em Angola inseriam-se em uma história mais ampla do colonialismo. Ao considerar tanto as trocas intrainimperiais (dado que os impérios coloniais não constituíam unidades homogêneas) quanto as dinâmicas interimperiais, Coghe evidencia que o contexto médico e demográfico angolano não estava isolado, mas articulado a múltiplos atores e agências que extrapolavam os limites do mundo colonial português. Assim, por exemplo, demonstra a circulação global e trocas transnacionais envolvendo médicos e investigadores envolvidos nas pesquisas sobre doenças tropicais, tal qual a doença do sono, como também os esforços dos governos coloniais portugueses em se legitimarem politicamente, principalmente no período entreguerras, diante de outros projetos imperialistas.

Coghe parte do pressuposto de que o colonialismo português em Angola não pode ser compreendido apenas pela análise de suas formações ideológicas ou dos regimes de trabalho forçado, temas consolidados na historiografia recente, mas também a partir das “políticas da população”. Em diálogo crítico com a noção de “biopoder” (formulada originalmente pelo filósofo Michel Foucault), mas, sobretudo, a partir das sugestões de Nancy Rose Hunt (Hunt, 2005; Hunt, 2016), examina as tentativas de controlar as transformações demográficas no território angolano por meio de intervenções na saúde das populações classificadas como “indígenas”. Utiliza, portanto, “o conceito de ‘políticas de população’ para investigar os discursos e as políticas variegados que visavam a base biológica da população africana de Angola, permitindo-lhes ser considerados de forma holística” (Coghe, 2024, p. 33). Tais intervenções incluíam, por exemplo, a investigação das causas de doenças, a realização de campanhas de

vacinação contra enfermidades tropicais, como a doença do sono, ou políticas da maternidade e combate à mortalidade infantil.

Esse arcabouço conceitual visa, assim, repensar a história das populações em Angola na primeira metade do século XX, explorando questões como o suposto declínio da fertilidade e o despovoamento percebido pelos administradores coloniais. Tais fenômenos foram combatidos, entre outras formas, por meio de políticas médicas voltadas ao enfrentamento de epidemias e à promoção da maternidade entre mulheres indígenas, mas também em outras estratégias políticas, como o estabelecimento de políticas de fronteiras e a criação de instituições, como a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial em Lisboa, e o serviço de Assistência Médica aos Indígenas em Angola. Ao distanciar-se das abordagens mais ortodoxas da história demográfica, o livro propõe uma análise centrada na construção do próprio saber demográfico em contextos coloniais: Coghe evidencia as limitações, ambiguidades e contradições dos dados produzidos pelos serviços e repartições da administração colonial, lançando luz sobre as condições políticas e epistemológicas que moldaram tais registros.

Esse conjunto de temas é discutido em seis capítulos e um epílogo, os quais estão sistematizados de modo cronológico e temático. O primeiro capítulo mapeia a emergência de debates sobre o que se identificava como um processo de despovoamento em Angola, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, especialmente no surgimento de intervenções médicas para o combate de doenças tropicais, mormente a doença do sono. Os três capítulos seguintes concentram-se no período entre as décadas de 1920 e 1930: o segundo capítulo discute a formação das investigações etiológicas promovidas pelos médicos coloniais e dos serviços coloniais voltados ao cuidado da saúde da população africana, e o papel dos médicos portugueses na “corrida à doença do sono” (Coghe, 2024, p. 120), motivados por “receios de despovoamento e de falência econômica, e pela competição interimperial” (Coghe, 2024, p. 120), evidenciando ainda o caráter fragmentário dessas medidas antes da década de 1920. O terceiro capítulo trata da Assistência Médica aos Indígenas, do redimensionamento do colonialismo português pós-Primeira Guerra Mundial e do papel central das campanhas contra a doença do sono na constituição de um discurso de

legitimação em torno da política colonial. O quarto capítulo versa sobre o papel dos médicos na formação de dados demográficos, evidenciando ainda a circulação transimperial de práticas médicas e as agências africanas nesses processos. O quinto capítulo concentra-se em ações médicas promovidas em Angola para combater a mortalidade materna e infantil, como, por exemplo, o estabelecimento de maternidades estatais, iniciativas filantrópicas e a formação de parteiras angolanas. Por fim, o sexto capítulo aborda temas como a migração laboral e o estabelecimento de políticas de fronteiras, visando conter o declínio populacional e preservar o prestígio colonial de Portugal. Após as conclusões, segue-se um breve epílogo, discutindo políticas populacionais e discursos sobre superpovoamento global no pós-Segunda Guerra Mundial.

A medicina colonial ocupa lugar central no estudo de Coghe, uma vez que grande parte das políticas populacionais analisadas em sua obra está diretamente relacionada às práticas médicas, especialmente aos debates e campanhas voltadas para a redução da mortalidade e o redimensionamento da natalidade entre as populações classificadas como “indígenas” em Angola. Embora o tema da medicina colonial tenha sido amplamente explorado em contextos como os do colonialismo britânico, francês, belga e alemão, o caso angolano ainda permanece relativamente pouco estudado. Ao dialogar com a historiografia produzida sobre outros impérios coloniais, o livro contribui de maneira significativa para preencher essa lacuna, ao demonstrar que “a medicina colonial no final do século XIX e no século XX em Angola serviu verdadeiramente como uma ‘ferramenta do império’” (Coghe, 2024, p. 55). Afinal, garantir a saúde da população categorizada como “indígena” era uma forma de, também, garantir um fluxo seguro de mão de obra na sociedade colonial. A abordagem de Coghe também se destaca por sua atenção ao papel de agentes e intermediários africanos. Inspirado pelos estudos subalternos e pós-coloniais, o autor mapeia as iniciativas, negociações e formas de intervenção em campanhas médicas ao longo da primeira metade do século XX, atribuindo-lhes um papel ativo nos processos de implementação e contestação das políticas coloniais de saúde, e também na construção dos dados demográficos.

Em suma, ao abordar as políticas de população e demografia em Angola, o livro de Samuel Coghe certamente será de amplo interesse para

historiadores da medicina e do colonialismo português, mas também a leitores interessados nos mundos conectados dos colonialismos - e das cicatrizes profundas deixadas até o tempo presente. Considerando a expansão dos estudos africanos no Brasil e na América Latina, e sobretudo seu interesse nos antigos territórios coloniais lusófonos, o livro de Coghe mereceria, ademais, uma edição brasileira. Se trata de uma contribuição importante para os estudos africanos e a História Global do colonialismo, ao demonstrar as complexidades, tensões e contradições, bem como os diferentes agentes e instituições, envolvidos na produção de saberes médicos e políticas populacionais.

Referências

HUNT, N. R. Fertility's fires and empty wombs in recent Africanist writing. **Africa**: Journal of the International African Institute, v. 75, n.º 3, 2005. pp. 421-435.

HUNT, N. R. **A Nervous State**: Remedies, and Reverie in Colonial Congo (Durham, Carolina do Norte: Duke University Press, 2016).

COGHE, S. **Políticas de população nos trópicos**: Demografia, saúde e transimperialismo na Angola Colonial. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2024.